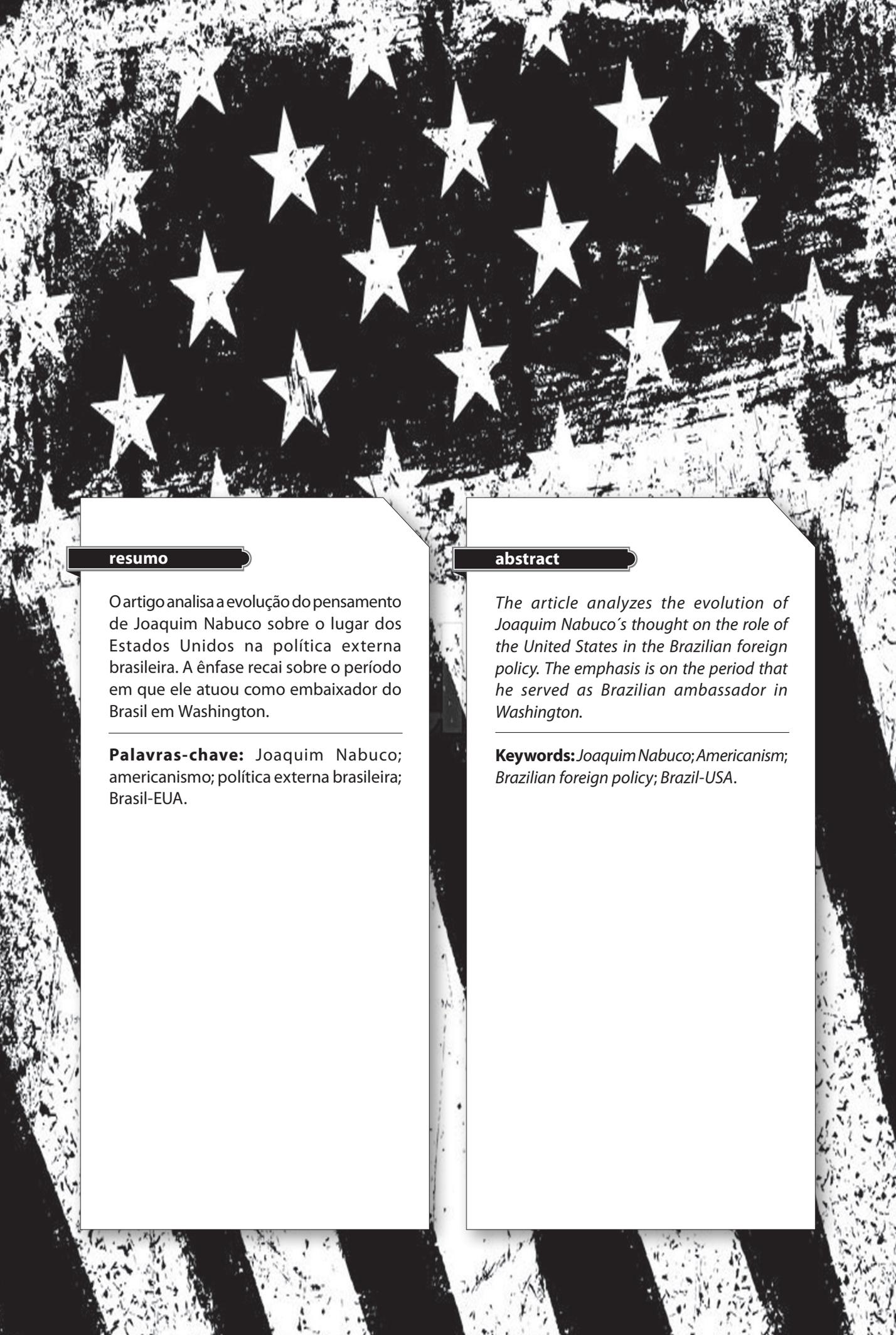




**Nos desprendemos da Europa tão completa
e definitivamente como a Lua da Terra:
o americanismo de Nabuco**

Luís Cláudio Villafañe G. Santos



resumo

O artigo analisa a evolução do pensamento de Joaquim Nabuco sobre o lugar dos Estados Unidos na política externa brasileira. A ênfase recai sobre o período em que ele atuou como embaixador do Brasil em Washington.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco; americanismo; política externa brasileira; Brasil-EUA.

abstract

The article analyzes the evolution of Joaquim Nabuco's thought on the role of the United States in the Brazilian foreign policy. The emphasis is on the period that he served as Brazilian ambassador in Washington.

Keywords: Joaquim Nabuco; Americanism; Brazilian foreign policy; Brazil-USA.

Em um tempo em que os olhos e os corações da elite brasileira ainda estavam quase que inteiramente voltados para a Europa, Joaquim Nabuco pôde desfrutar de uma precoce experiência nos Estados Unidos. Filho de prócer liberal, mas momentaneamente sem chances reais na cena política dominada pelos conservadores, entre 1876 e 1877 posou de adido na legação brasileira em Washington, chefiada então pelo conselheiro Antônio Pedro de Carvalho Borges. Pouco trabalhou. Fixou-se em Nova York e, em meados de 1877, solicitou seis meses de licença sem vencimentos para obter a sonhada transferência para Londres e não mais voltou ao posto. Sua falta de interesse em relação à grande república americana ficou patente no breve balanço de sua experiência que deixou registrado em seu diário:

“Eu cometi um grande erro vindo a este país; em vez de estudá-lo, de visitar suas instituições de caridade e de letras, de conhecer os seus homens. Quis divertir-me com as mulheres; o resultado é uma impressão de tempo perdido. Posso, porém, ainda reparar o meu erro quando voltar e só então poderei dizer que estive nos Estados Unidos” (Nabuco, 2005, vol. 1, p. 220)¹.

1 Entrada de 27 de setembro de 1877.

A oportunidade para refazer suas impressões tardaria bastante: Joaquim Nabuco só voltaria aos Estados Unidos quase 28 anos depois.

O AMERICANISTA IMPROVÁVEL

É conhecida a passagem da autobiografia precoce de Nabuco, *Minha Formação*, de 1900, em que ele garantiu trocar de bom grado todas as paisagens americanas por “um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre”. “O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação, europeia” (Nabuco, 1999, p. 16), resumiu. Seu europeísmo não era apenas cultural, mas também um princípio político. Refletia a afinidade eletiva das monarquias com a Europa e das repúblicas com as Américas². No Brasil, já em 1870, o Manifesto Republicano proclamava que “Somos da América e queremos ser americanos”. Com a queda de D. Pedro II, a política externa da Nova República deu uma súbita guinada americanista, uma mudança recebida com críticas acerbas dos monarquistas como Nabuco.

2 Sobre o tema ver Santos (2004).

LUÍS CLÁUDIO VILLAFÁÑE G. SANTOS é diplomata, historiador e autor de, entre outros, *O Dia em que Adiaram o Carnaval* (Unesp).

Durante o governo de Floriano Peixoto, a intervenção dos navios de guerra estadunidenses rompendo o bloqueio decretado pelos insurgentes na Revolta da Armada foi um “ato sem precedentes” denunciado com ênfase por Nabuco em artigos de jornal (depois reunidos no livro *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893*). Nabuco (2003, p. 126) alertou que “a proteção, a intervenção, o socorro é sempre na história o modo por que primeiro se projeta sobre um Estado independente a sombra do protetorado”. O monarquismo (e o europeísmo) de Nabuco resistiu até aos apelos de correligionários como o Barão de Jaceguay, que, em 1895, lhe dirigiu uma carta aberta para que pusesse seus talentos à disposição do novo regime, em favor da nação. Não funcionou. Ao contrário, Nabuco participou ativamente da fundação do Partido Monarquista no ano seguinte. Em 1899, contudo, rendeu-se. Aceitou preparar a defesa brasileira no contencioso de limites com a Guiana Inglesa e partiu para a Europa em missão diplomática. A negociação direta, que vinha sendo dirigida pelo ministro Souza Correia, em Londres, fracassou e os dois países decidiram entregar o litígio à arbitragem do rei da Itália, Vitor Emanuel III. Com a morte repentina de Souza Correia, em 1901, Nabuco passou a acumular a chefia da Legação em Londres com seu papel de advogado brasileiro na questão de limites. Passou a viver, então, entre Londres e Roma até a decisão do árbitro.

A divulgação do laudo de Vitor Emanuel, em junho de 1904, constituiu-se em grave percalço para Joaquim Nabuco. O rei da Itália dividiu o território em litígio de forma que foi percebida pela opinião pública brasileira (e pelo próprio Nabuco) como injusta e desfavorável. Pela decisão arbitral, coube ao Brasil uma fração do território em litígio ainda menor do que os ingleses haviam oferecido nas negociações diretas prévias ao processo de arbitragem. Em carta à esposa, desabafou: “Tendo feito todo o meu dever, estou com a consciência tranquila, mas o coração sangra-me; parece-me que sou eu o mutilado do pedaço que falta ao Brasil” (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 310, nota 233). Os jornais brasileiros reagiram, em geral, com comedimento, mas as comparações com as duas vitórias inofensíveis de Rio Branco nas arbitragens de Palmas e do Amapá eram inevitáveis.

Dias depois do mau resultado, Rio Branco telegrafou-lhe oferecendo um cargo que pensava criar. O chanceler pretendia elevar a legação do Brasil em Washington ao nível de embaixada e fazer de Nabuco o primeiro embaixador nos Estados Unidos (e o primeiro diplomata brasileiro a ter esse título). Nas palavras de Nabuco, “um terremoto”. Ao que aduziu em seu diário: “Vou pensar muito antes de responder” (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 324)³.

Então, Joaquim Nabuco era titular do posto que seguia considerado como o mais importante para a diplomacia brasileira, a Legação em Londres. Começavam as tratativas para a sucessão do presidente Rodrigues Alves na eleição que se daria em março do ano seguinte. Caso tivesse tido sucesso na arbitragem, Nabuco seria um nome muito forte para suceder a Rio Branco na chefia do Itamaraty. Com o fracasso, suas chances despencaram. Nabuco desconfiou que a oferta mascarava a intenção do Barão de reservar para si a chefia da Legação em Londres, caso não fosse reconduzido ao cargo de chanceler. Suas hesitações e dúvidas foram compartilhadas com Graça Aranha, seu discípulo e confidente, e este resumiu a questão em carta a Nabuco:

“O ponto é simplesmente este: vale a pena deixar a Europa e passar para a América? Vale a pena deixar Londres e ir ocupar a legação classificada de ‘primeira’ pela chancelaria brasileira e onde se presume estar toda a chave (senão a base) da vida internacional do Brasil? Se o Rio Branco quer Londres, ele não trepidou para obtê-la em rebaixar este posto, elevando o que ofereceu em troca” (Graça Aranha apud Viana Filho, 2008, p. 427).

Na verdade, derrotado na questão do Pirara, era pequena a margem de manobra de Joaquim Nabuco frente ao Barão do Rio Branco, que, aliás, conseguiu manter-se no cargo na gestão de Afonso Pena e nas duas outras que se seguiram. Não havia remédio. Aceitou a oferta. Nabuco chegou a Nova York em 20 de maio de 1905 e hospedou-se no mesmo hotel onde tinha vivido entre 1876 e 1877. Suas expectativas quanto ao seu retorno aos Estados Unidos não eram das melhores. Confessou em carta à sua esposa: “Estou com medo de ter

3 Entrada de 19 de junho de 1904.

feito uma grande tolice aceitando este posto, uma grandíssima tolice da qual me custará muito tirar-me com vantagem” (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 351)⁴.

A CONVERSÃO AO CREDO AMERICANISTA

A despeito de suas hesitações, já em sua apresentação de credenciais ao presidente Theodore Roosevelt, em 24 de maio de 1905, Joaquim Nabuco inaugurou seu discurso americanista e chegou a declarar a Roosevelt que o Brasil fazia votos pelo “aumento da influência moral dos Estados Unidos, a qual se revela pela existência pela primeira vez no mundo de uma vasta zona neutra de paz e de livre competição humana”. Mas, na intimidade de seu diário, verifica-se que continuava a duvidar de sua missão. Aconselhava os amigos a não pedirem para ir para Washington, cujo custo de vida considerou muito caro, e, quanto a si, considerava que: “Se vir a) que posso servir e b) se o governo me der os meios, *irei ficando até renunciar*” (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 332)⁵. Imaginava que apenas depois de decorrido um ano de sua permanência nos Estados Unidos poderia ter uma ideia clara sobre se teria valido a pena ter aceito a incumbência que lhe fora dada. Contudo, em sua correspondência com Rio Branco não deixava transparecer suas dúvidas. Ao contrário, com sua imodéstia habitual, no telegrama pelo qual relatou sua entrega de credenciais sentenciou: “Considero data 24 maio 1905 tão grande nossa ordem externa quanto 13 maio 1888 nossa ordem interna” (Nabuco, 2011, vol. 1, p. 30).

Muito antes de transcorrido o prazo de um ano, sua conversão ao americanismo seria completa e seu entusiasmo pelos Estados Unidos passaria a ser inigualável. Alugou a casa onde havia morado o secretário de Estado Elihu Root, quando este chefiou o Departamento de Guerra. Depois de um breve intervalo, Root voltava ao governo quase ao mesmo tempo em que Nabuco assumia suas funções. O poder de sedução e as habilidades sociais do embaixador brasileiro obtiveram uma boa acolhida na capital estadunidense, e Nabuco desenvolveu

uma boa relação pessoal com Root. No início de dezembro, uma boa notícia para Nabuco. Presidindo o Bureau das Repúblicas Americanas, Root conseguiu que o Rio de Janeiro fosse indicado como sede da próxima Reunião Pan-Americana, em grande medida para contornar a candidatura venezuelana. Melhor ainda, Root anunciou que iria pessoalmente ao encontro. Seria a primeira participação de um secretário de Estado em função em uma reunião desse tipo no estrangeiro. Ainda que nem ao menos estivesse presente na discussão que decidiu pela indicação do Brasil como sede, para a vaidade de Nabuco, ainda ferida, nada poderia ser mais revigorante. Anotou em seu diário o comentário de seu colega costa-riquenho: “Isso é sorte, é fortuna! Você acaba de chegar, e se hoje deixasse a embaixada já teria feito mais em um mês de Washington do que outros em anos, já teria justificado a sua escolha e a criação da sua embaixada” (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 346)⁶. Na verdade, a ida de Root ao Rio de Janeiro deveu-se ao interesse estadunidense em promover suas exportações e investimentos na América do Sul, ainda grandemente dominada pelo comércio e por capitais britânicos. Em consonância com a Doutrina Monroe, a América Latina era vista como um mercado potencialmente cativo para os Estados Unidos, mas os capitais e comércio britânicos ainda levavam vantagem.

O pan-americanismo apelava para uma visão de paz e fraternidade entre os países americanos, ainda que liderados por Washington. O Brasil tinha participado ativamente da I Conferência, realizada em Washington em 1889-1890, e de modo discreto no encontro seguinte, na Cidade do México, entre fins de 1901 e o começo do ano seguinte. A III Conferência apresentava-se como um palco privilegiado para avançar um discurso de amizade, paz e harmonia que suavizasse o Corolário Roosevelt, e Root decidiu fazer de sua estada no Rio de Janeiro parte de uma turnê pela América Latina. Partindo de Nova York, Root fez escala em Porto Rico antes de seguir pela costa brasileira até o Rio de Janeiro. Depois de passar pela capital brasileira, visitou Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Lima, Bogotá e a Cidade do Panamá.

4 Carta a Evelina de 20 de maio de 1905.

5 Entrada de 22 de junho de 1905. Grifo meu.

6 Entrada de 7 de dezembro de 1905.

Ainda no final daquele ano, outro incidente selou de vez a adesão de Nabuco ao que ele mesmo qualificava como monroísmo, a aceitação do papel autoatribuído pelos Estados Unidos de forma explícita pelo Corolário Roosevelt. Em dezembro do ano anterior, o presidente estadunidense tinha deixado claro que se as nações latino-americanas não se comportassem dentro dos padrões considerados “aceitáveis”, caberia aos Estados Unidos arrogar-se um poder de polícia internacional para que elas se conformassem às normas “civilizadas” de convivência. Em compensação, as potências europeias não mais poderiam intervir no continente. Para Nabuco (e para Rio Branco), isso não seria uma ameaça ao Brasil, pois o país não se confundiria com os vizinhos instáveis e malgovernados e a proteção contra ameaças europeias era bem-vinda.

Em dezembro de 1905, em um incidente confuso, uma pequena tropa de marinheiros da canhoneira alemã Panther havia desembarcado em Santa Catarina supostamente para prender um alemão que desertara do serviço militar. A violação da soberania nacional ganhou ares de escândalo e Rio Branco acabou por responder com grande vigor, ameaçando até mesmo a captura e a revista forçada do navio de guerra alemão com o intuito de libertar o alemão que teria sido sequestrado em território brasileiro. Esse curso de ação poderia levar o Brasil à guerra contra uma das maiores potências militares do planeta ou, ao menos, ao bloqueio dos portos brasileiros em represália. Rio Branco instruiu Nabuco a que provocasse a publicação de “artigos monroístas” na imprensa dos Estados Unidos.

Nabuco foi além e queixou-se pessoalmente com o Departamento de Estado. O secretário de Estado aproveitou-se do pretexto para reafirmar a Doutrina Monroe e pediu explicações ao embaixador alemão, que lhe garantiu que o incidente seria resolvido pacificamente. O cidadão alemão supostamente sequestrado não apareceu e tampouco foi tomada qualquer medida militar contra a Panther, mas o assunto resolveu-se com um pedido de desculpas de Berlim e a promessa de uma investigação e das medidas cabíveis, inclusive o afastamento do comandante do navio.

A repercussão da gestão de Nabuco acabou sendo, contudo, péssima. Parte da imprensa internacional e brasileira interpretou a intromissão es-

tadunidense como uma confissão de subordinação do Brasil aos Estados Unidos. Rio Branco exigiu que Nabuco desmentisse que ele tivesse solicitado a ajuda e o Departamento de Estado chegou a negar oficialmente ter recebido qualquer pedido de auxílio. Nabuco acabou magoado com Rio Branco por não “atinar com a razão desse desmentido”. Aduziu que: “De certo, não fui lá de sua parte, mas que pode ter havido de tão desagradável na falsa notícia para você a esmagar publicamente e dar-me aviso de que o fizera?” (Nabuco, 2005, vol. 2, p. 348, nota 282). Se Rio Branco buscava aparentar uma posição de autonomia e independência em relação aos Estados Unidos, Joaquim Nabuco já tinha perdido aí todos seus escrúpulos sobre a necessidade de contar com a amizade estadunidense:

“Para nós a escolha está entre o monroísmo e a recolonização europeia. O equilíbrio dos dois mundos não permite mais a existência de nações isoladas dele e tirando benefícios dele. Hoje a proteção impõe deveres às nações que a recebem, e a única proteção da América é o *sea-power* que só os Estados Unidos têm nela. Monroísmo é assim a afirmação da independência e integridade nacional pelo único sistema que as pode garantir. Quero inteligência que pareça aliança tácita. Agora mesmo o Brasil procede com a Alemanha como a França não ousaria. Em quem se fia? Sem o *sea-power*, um bloqueio alemão do Rio e Santos nos faria *stew in our own juice*, que nesse caso seria suco de café (muito caro). Gozar de uma vantagem como o monroísmo sem o reconhecer é mesquinhez e hipocrisia” (Nabuco, 2005, vol. 2, pp. 346-7)⁷.

No entender de Nabuco, a rejeição do princípio do *uti possidetis*, implícito no laudo da arbitragem que definiu os limites com a Guiana Inglesa, expunha grande parte do território nacional à cobiça europeia. Reconhecer e apoiar o intervencionismo estadunidense na América Central, no Caribe e, mesmo, no norte da América do Sul parecia um preço baixo diante dos riscos do imperialismo europeu.

7 Entrada de 12 de dezembro de 1905. A correspondência trocada entre Joaquim Nabuco e Rio Branco sobre o tema está transcrita em Nabuco (2011, vol. 1, pp. 70-87).

A III CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA

A III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro, de 25 de junho a 27 de agosto de 1906, constituiu-se no ponto alto das relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o período em que Joaquim Nabuco foi embaixador. Nas reuniões prévias, em Washington, o brasileiro trabalhou em coordenação com a delegação estadunidense para que se excluíssem da agenda do encontro temas polêmicos, em especial a chamada Doutrina Drago, que condenava a cobrança coercitiva de dívidas soberanas. A questão acabou remetida para a II Conferência da Paz de Haia, que se realizaria no ano seguinte⁸ e a agenda do encontro restringiu-se aos temas em que não havia diferenças de visão graves entre os participantes.

A despeito de seus poucos resultados práticos, a Conferência Pan-Americana foi considerada pelos jornais brasileiros um grande sucesso e o símbolo do bom entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos, um passo firme no projeto de Nabuco de forjar uma “inteligência que pareça aliança tácita”. Para a decepção do embaixador em Washington, contudo, Rio Branco foi cauteloso em suas expressões de americanismo nos dois discursos que proferiu. Ao contrário, negou expressamente que a reunião pudesse representar uma dicotomia entre a América e a Europa e lembrou que esta última “nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente o apoio e o exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades de sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso”⁹. A pouca substância dos temas tratados reduziu o conclave a um exitoso exercício de relações públicas dos Estados Unidos, com uma entusiasmada coadjuvação brasileira, mas certamente foi útil para projetar – interna e externamente – a ideia de um íntimo entendimento entre Rio de Janeiro e Washington.

8 As negociações da agenda do encontro estão descritas em um longo ofício de Nabuco para Rio Branco, datado de 31/3/1906, transcrito em Nabuco (2011, vol. 1, pp. 168-75).

9 Os discursos de Rio Branco na Conferência estão reproduzidos em Rio Branco (2012).

A CONFERÊNCIA DE HAIA

A II Conferência da Paz, em 1907, seria desde sua preparação uma fonte de aborrecimentos para Nabuco. Ele imaginava-se candidato natural para chefiar a delegação brasileira e, nessa condição, faria do encontro nova oportunidade para realçar o íntimo entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos. A chefia da delegação, que chegou a lhe ser oferecida, acabou atropelada pela candidatura de Ruy Barbosa, que logo se impôs. Nabuco acabou desconvidado pelo oferecimento de uma improvável chefia compartilhada, mas não sem que o episódio causasse um forte estremecimento de suas relações pessoais com Rio Branco. Nabuco entendia que seus contrapartes em Washington veriam sua ausência de Haia como sinal de desprestígio e solicitou, como desculpa, uma licença por motivo de saúde. Acabou designado para uma “missão especial” na Europa para preparar o terreno para Ruy. Deslocou-se para a Europa, preparou e mandou notas para o chefe da delegação, insinuou-se como negociador das tratativas prévias ao encontro, mas não obteve o respaldo de Ruy Barbosa e ficou completamente alijado da reunião.

A despeito da orientação geral de apoiar as teses estadunidenses, em Haia, Brasil e Estados Unidos acabaram em campos opostos em três dos quatro grandes temas discutidos: a Doutrina Drago, o Tribunal de Presas Marítimas, a Corte Internacional de Justiça e a imposição do princípio do arbitramento compulsório. Somente houve convergência em relação à Doutrina Drago, discutida no início da conferência. Em um foro global, com a presença dos países europeus, os interesses dos Estados Unidos convergiam para os das grandes potências, e o Brasil viu-se reduzido à sua condição de país periférico. As solicitações feitas por meio do encarregado de negócios em Washington para que os Estados Unidos apoiassem os pleitos brasileiros não foram ouvidas, para o grande desapontamento de Rio Branco e de Joaquim Nabuco. Ao desistir de se coordenar com os Estados Unidos, Rio Branco telegrafou a Ruy Barbosa com novas instruções:

“Infelizmente o presidente Roosevelt estava e está longe da capital e secretário Estado anda viajando

pelo interior. Não pôde assim esse governo tomar as iniciativas que desejávamos tomasse no seu próprio interesse e no dos demais países americanos. Agora que não mais podemos ocultar a nossa divergência com a delegação americana, cumpre-nos tomar aí francamente a defesa do nosso direito e do das demais nações americanas” (CHDD, 2014, pp. 128-30)¹⁰.

Ruy acabou por liderar um movimento dos países mais fracos, porém mais numerosos, e as propostas estadunidenses acabariam naufragando no plenário. A imprensa e, certamente, parte importante do governo estadunidense não deixariam de atribuir ao Brasil a culpa do fracasso de suas teses na conferência. De volta a Washington, sem ter participado das discussões, restava a Joaquim Nabuco a tarefa de buscar recompor as relações com os Estados Unidos.

MANEJANDO A CRISE DA RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

Em julho de 1908 Nabuco ainda se queixava que o jornal *New York Herald* continuava sua “campanha diária” contra o Brasil, que acusava de ter promovido em Haia uma frente latino-americana contra os Estados Unidos. Em carta a Graça Aranha, lamentava-se:

“O Rio Branco mandou-me para cá porque queria o meu lugar em Londres, a vinha de Nabboth! Por isso me elevou, e não se lembra mais de mim. Sinto-me inteiramente isolado. A Haia acabou com a pouca simpatia que a aproximação americana aí inspirou um momento. Parece-me estar pregando no deserto” (Nabuco, 2005, vol. 2, pp. 438-9)¹¹.

Ao fim do ano, com as crescentes tensões entre o Brasil e a Argentina por conta do programa de reequipamento naval brasileiro, as relações com o governo estadunidense azedaram um pouco mais. A compra de poderosos encouraçados

poria a Marinha brasileira em grande vantagem frente à esquadra argentina, e Buenos Aires pressionava para que um dos três encouraçados encomendados fosse vendido à Argentina e a compra do terceiro, cancelada, ficando os dois países em relativa paridade. Chegou a haver a ameaça de a Argentina declarar uma guerra preventiva antes da chegada das belonaves compradas pelo Brasil. Em fins de 1908, a situação era tensa e a Argentina anunciou a realização de manobras militares diante da costa brasileira.

Em conversa com Nabuco, o secretário de Estado Root ofereceu-se para mediar uma negociação que estabelecesse o equilíbrio naval entre Brasil e Argentina. Rio Branco reagiu com fúria, pois considerava inegociável a compra dos encouraçados já encomendados. O chanceler brasileiro comentou com Nabuco que, ao contrário de apoiar o controle dos armamentos brasileiros, os Estados Unidos deveriam “ajudar-nos neste perigoso momento em que a propaganda zebalista se esforça para que o governo nos dirija um golpe enquanto estamos mais fracos, antes da chegada dos novos navios, e expediria logo para aqui espontaneamente uns quatro navios”. Nesse longo despacho, Rio Branco queixar-se-ia de que a amizade dos Estados Unidos “só existe nas bonitas palavras que temos ouvido de Roosevelt e Root” (Nabuco, 2011, vol. 2, p. 126)¹². Nabuco transmitiu o desconforto de Rio Branco a Root, que recuou na proposta de mediação, mas não se dispôs a enviar navios ou a fazer qualquer outro gesto contra uma eventual ameaça argentina. As visões de Nabuco e Rio Branco divergiam fortemente. O embaixador brasileiro chegou a propor que Rio Branco telegrafasse diretamente a Root “agradecendo interesse mostrado nossas boas relações com Argentina e abundando sentimentos amistosos” (Nabuco, 2011, vol. 2, p. 127)¹³, sugestão que o Barão ignorou.

A despeito da inesgotável boa vontade de Nabuco, os percalços nas relações com os Estados Unidos continuaram.

Em 1909, o Congresso estadunidense começou a discutir a criação de uma taxa sobre as importações do café brasileiro. O produto brasi-

10 Telegrama de 18 de agosto de 1907.

11 Entrada de 18 de agosto de 1908.

12 Telegrama de 8 de dezembro de 1908.

13 Telegrama de 10 de dezembro de 1908.

leiro concorria com a pequena produção porto-riquenha, porém muito mais importante era a ameaça contra a política de sustentação dos preços do café, inaugurada pelo Convênio de Taubaté, em 1906, que era vista como violação do livre funcionamento dos mercados. Ademais, os consumidores estadunidenses acabavam arcando com a taxa de exportação retida pelos Estados produtores, embutida no preço final. A questão angustiava Nabuco, que chegou a dizer em telegrama: “Sei bem que aí não me atribuirão nenhum mérito se imposto não for lançado e me tornarão responsável se for” (Nabuco, 2011, vol. 2, p. 166)¹⁴. Desenvolveu um intenso trabalho de convencimento junto às autoridades locais e conseguiu manter livre de tarifas a importação do café, do cacau, da borracha e das peles vindas do Brasil, mas a constante ameaça contra as exportações brasileiras continuaria durante anos. Com a mudança de governo em Washington e a “diplomacia do dólar”, as questões de comércio e investimento passaram ao primeiro plano das preocupações do governo dos Estados Unidos, e a ideia de algum tipo de relação especial com o Brasil ficou ainda mais distante da realidade. Nabuco tampouco conseguiu repetir com o novo secretário de Estado, Philander Knox, a boa sintonia que tinha logrado com Root.

A última tentativa de Nabuco para reencenar a ideia de uma “inteligência que pareça aliança tácita” com os Estados Unidos tampouco foi bem-sucedida. Ele propôs a Rio Branco que o Brasil patrocinasse uma moção de reconhecimento da Doutrina Monroe a ser adotada pelos países americanos durante a IV Conferência Pan-Americana, que se realizaria em Buenos Aires. A ideia foi bem acolhida por Rio Branco e Nabuco chegou a propor um texto:

“O largo período decorrido desde a declaração da Doutrina Monroe habilita-nos a reconhecer nela um fator permanente da paz externa do continente americano. Por isso, festejando os primeiros esforços para a sua independência, a América Latina envia à grande irmã do Norte a expressão do seu reconhecimento por aquela nobre e desinteressada

iniciativa, de tão grande benefício para todo o novo mundo” (Nabuco, 2011, vol. 2, p. 226)¹⁵.

A hipótese de os países latino-americanos subscreverem uma moção de apoio à Doutrina Monroe era, naturalmente, completamente irrealista e mostrava a singularidade da percepção da diplomacia brasileira de então sobre o papel dos Estados Unidos no continente, em contraste com a dos demais países latino-americanos. A IV Conferência Pan-Americana ocorreria depois da morte de Nabuco, mas a proposta foi prontamente repudiada pelos países latino-americanos sondados a respeito e também pelos Estados Unidos – que tinham pouco a ganhar e muito a perder se um tema tão espinhoso viesse a ser discutido em plenário – e nunca chegaria a ser oficializada.

Joaquim Nabuco faleceu em 17 de janeiro de 1910. Seu corpo foi trasladado ao Brasil a bordo do cruzador North Carolina, da Marinha de Guerra dos Estados Unidos, um significativo gesto de apreço do governo estadunidense ao primeiro embaixador brasileiro em Washington. O cargo ficou vago por mais de um ano, sendo Nabuco sucedido por Domício da Gama, homem de confiança de Rio Branco, mas as discussões sobre possíveis ações contra as exportações de café brasileiro continuaram. As relações entre o Brasil e os Estados Unidos só se recuperariam depois da morte de Rio Branco.

É recorrente na historiografia brasileira a comparação entre as prescrições de política para os Estados Unidos de Joaquim Nabuco e de Oliveira Lima, ficando o primeiro como representante de uma postura subordinada a Washington e o último como proponente de um latino-americanismo precoce, com Rio Branco ocupando um ponto intermediário entre esses dois polos. Inclusive pela vivência por vários anos na Europa e nos Estados Unidos, Nabuco, Rio Branco e Oliveira Lima certamente compartilhavam a percepção da fraqueza relativa do Brasil diante dos desafios daquele momento, em que o imperialismo europeu atingia seu zênite e Washington passava a atuar de forma especialmente agressiva na América Latina. Ademais das idiosincrasias e vaidades pessoais

14 Telegrama de 10 de fevereiro de 1909.

15 Telegrama de 6 de setembro de 1909.

de cada um, as distintas visões sobre como situar o Brasil nessa conjuntura explicam-se, em grande parte, pela situação pessoal e funcional dos três personagens. Nabuco, desde Washington (mas só depois de que lá chegou), passou a favorecer um alinhamento político com os Estados Unidos, como uma opção pragmática que, além de suas vantagens intrínsecas, o fortalecia como operador indispensável da política externa brasileira. Por diversas razões, mas principalmente pela

falta de interesse dos Estados Unidos em ajustar suas posições aos interesses brasileiros, trata-se de mera construção ideológica falar-se em uma aliança, mesmo “não escrita”, entre o Brasil e os Estados Unidos nesse período. Essa hipótese, porém, não apenas chegou a ser contemplada (unilateralmente pelo Brasil), mas efetivamente perseguida (ainda que, na prática, por um curto período) e Joaquim Nabuco foi, sem dúvida, seu maior defensor.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco: Os Salões e as Ruas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- CHDD, Centro de História e Documentação Diplomática. *II Conferência da Paz, Haia 1907: A Correspondência Telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa*. Brasília, Funag, 2014.
- COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a Política Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1968.
- NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco*. 4ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.
- _____. *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893*. Brasília, Editora do Senado, 2003.
- _____. *Diários*. São Paulo/Recife, Bem-Te-Vi/Massangana, 2005 (2 vols.).
- _____. *Joaquim Nabuco, Embaixador*. Rio de Janeiro/Brasília, CHDD/Funag, 2011 (2 vols.).
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos do. *Obras do Barão do Rio Branco*, vol. IX. Brasília, Funag, 2012.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa – O Império e o Interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo, Unesp, 2004.
- VIANA FILHO, Luís. *A Vida do Barão do Rio Branco*. 8ª ed. São Paulo/Salvador, Unesp/Edufba, 2008.